

SUMÁRIO

ORIGEM DA LEI DE IMPROBIDADE	29
---	-----------

CAPÍTULO I

ALTERAÇÕES PROCESSUAIS E PRÉ-PROCESSUAIS ...	33
1. Inquérito civil e procedimento investigativo assemelhado	33
2. Legitimidade ativa na Lei de Improbidade	39
2.1. Legitimidade da Fazenda Pública para postular o ressarcimento após a Nova Lei de Improbidade Administrativa.....	42
3. Conversão em Ação Civil Pública.....	48
4. Processo individual (processo punitivo não penal).....	50
5. Citação	52
6. Petição inicial.....	54
7. Revelia.....	55
8. Indisponibilidade dos bens	56
9. Remessa necessária	61
10. Sucumbência.....	66
11. Absolução penal	68
12. Aspectos probatórios	69

13. Acordo de colaboração (delação premiada) e ação de improbidade. Uma análise do tema 1.043/STF	71
14. Litisconsórcio.....	72
15. Vinculação da capitulação e princípio da congruência ...	74
16. Competência	77
17. Impacto da relevância da questão federal trazida pela EC nº 125/2022	82

CAPÍTULO II

ALTERAÇÕES MATERIAIS	87
1. Definição de improbidade.....	87
2. Direito sancionador	89
3. Dolo.....	93
4. Acordo de não persecução civil.....	96
5. Agentes públicos.....	101
6. Condutas de improbidade administrativa	105
6.1. Improbidade administrativa por enriquecimento ilícito.....	106
6.2. Improbidade administrativa por lesão ao erário....	108
6.3. Improbidade administrativa por violação de princípios.....	111
7. Responsabilidade dos herdeiros e sucessores	117
8. Prescrição	119
9. Obrigatoriedade de defesa judicial pelo parecerista.....	135

CAPÍTULO III

NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ	137
--	------------

1.	Agentes políticos e crimes de responsabilidade	137
2.	Agentes políticos municipais	142
3.	Pena de demissão	145
4.	Citação	150
5.	Superação do dolo genérico para o dolo específico	153
6.	Ajuizamento em face do particular	156
7.	Adequação das sanções	158
8.	Indisponibilidade dos bens	162
8.1.	Natureza jurídica da decisão de indisponibilidade.....	163
8.2.	Indisponibilidade e as condutas de improbidade por violação de princípios.....	168
8.3.	Indisponibilidade de bens e apontamento de prejuízos concretos	173
8.4.	Indisponibilidade de bens e prévia oitiva do réu....	176
8.5.	Impossibilidade de levar em conta o valor da multa para a indisponibilidade de bens	178
8.6.	Indisponibilidade e o tema 1.213/STJ: solidariedade e a decretação de indisponibilidade	181
9.	Termo inicial de contagem da prescrição	185
10.	Princípio da congruência	190
11.	Vedação à indenização por danos morais coletivos.....	192
12.	Responsabilidade do parecerista	195

CAPÍTULO IV

	MANUTENÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ.....	199
1.	Processamento pelas instâncias ordinárias	200
2.	Possibilidade de quebra de sigilo.....	202
3.	Prova emprestada	207
4.	Inexistência de obrigatoriedade de pena cumulativa ...	210

5.	Legitimidade do Ministério Público para postular ressarcimento de dano ao erário	212
6.	Legitimidade do Ministério Público Estadual perante o STJ	216
7.	Ausência de notificação não implica necessariamente nulidade	218
8.	Identidade de termos iniciais de prescrição para particulares e agentes públicos.....	222
9.	Possibilidade de ressarcimento ao erário mesmo com a prescrição da pretensão para as demais sanções.....	225
10.	Inexistência de litisconsórcio passivo necessário.....	230
11.	Regime único de prescrição para particulares e agentes públicos.....	233
12.	Possibilidade de prosseguimento de ação de improbidade em face de particular	236
13.	Legitimidade passiva por sucessão.....	238
14.	Possibilidade de decretação de indisponibilidade de bens sobre ativos financeiros	240
15.	Princípio da reparação integral no ressarcimento ao erário.....	241
16.	Medidas atípicas no cumprimento de sentença	244
17.	Competência da Justiça Federal ou Estadual.....	246
18.	Estagiário como agente público para a Lei de Improbidade.....	249
19.	Dirigente de entidades do sistema “S” como agente público para a finalidade de improbidade.....	251
20.	Legitimidade ativa.....	255

CAPÍTULO V

	APLICAÇÃO RETROATIVA – DIVERGÊNCIA DE ENTENDIMENTOS	257
1.	Retroatividade do direito sancionador benéfico.....	257

1.1.	Exemplos de julgados pela aplicação retroativa de norma mais benéfica em relação a direito sancionador.....	263
1.2.	Exemplo de julgado pelo afastamento da aplicação retroativa de norma mais benéfica em relação a direito sancionador	265
2.	Fato novo e prequestionamento	267
2.1.	Exemplos de julgados da Primeira Turma de Direito Público.....	271
2.2.	Exemplos de julgados da Segunda Turma de Direito Público.....	272
2.3.	Exemplos de julgados das Turmas de Direito Privado.....	274
3.	O debate trazido pelas recentes decisões do Supremo Tribunal Federal e a análise do Tema 1.199.....	275
3.1.	ARE 1.350.900/SP	275
3.2.	ARE 1.351.472/SP	277
3.3.	Tema 1.199 – análise do ARE 843.989/PR.....	278
3.3.1.	Histórico do caso.....	278
3.3.2.	Decisão de suspensão	281
3.3.3.	Consequências da suspensão no âmbito do STJ.....	282
3.3.4.	Crítica à afetação genérica por Repercussão Geral.....	287
3.3.5.	Comentários sobre o parecer do MPF no Tema 1.199/STF	292

CAPÍTULO VI

	JULGAMENTOS DO STF SOBRE A NOVA LIA	297
1.	Julgamento das ADIs 7.042 e 7.043/STF.....	297
2.	Julgamento do Tema 1.199/STF (ARE 843.989/PR).....	300

2.1.	Resultado do julgamento	300
2.2.	O livro está de acordo com o entendimento adotado pelo STF	303
2.3.	Delimitação do Tema	306
2.4.	Prescrição	308
2.5.	Dolo	311
2.6.	Análise crítica da problemática do prequestionamento e do tema 181/STF.....	315
2.7.	Entendimento restritivo do Tema 1.199/RG no âmbito do STJ	318
2.8.	Entendimento ampliativo do Tema 1.199/RG no âmbito do STF	321
3.	As ADIs 7.236 e 7.237/STF	322

CAPÍTULO VII

QUADROS DAS SANÇÕES	327
----------------------------------	------------

CAPÍTULO VII

QUADRO COMPARATIVO	335
---------------------------------	------------

TRABALHOS CONSULTADOS.....	395
-----------------------------------	------------